

HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: REPRESENTAÇÕES SOBRE MÍDIA E DEMOCRACIA NO BRASIL

Data de submissão: 07/07/2023

Data de aceite: 01/09/2023

Geso Batista de Souza Júnior

Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP -, campus de Assis-SP. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

RESUMO: A democracia no Brasil contemporâneo e suas implicações à identidade cultural compõe a temática do presente artigo, que tem por objetivo analisar a produção de sentido, visual e textual, acerca da relação entre Brasil e Estados Unidos da América, presente na capa e em três artigos que compõem a edição 139, de fevereiro de 2019, do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*. A análise faz parte de um escopo de pesquisa maior, que historiciza o golpe de Dilma Rousseff (2016) e o significado desta ruptura na história política recente do país, refletindo, assim, sobre aspectos da democracia, da mídia e os reflexos da nova ordem internacional. Empreende-se neste percurso compreender de que maneira um veículo da mídia francesa organiza o conhecimento social sobre a política brasileira, com aportes teóricos da

história, da sociologia, filosofia e da ciência dos signos.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia; Brasil; EUA; *Le Monde Diplomatique*; Estudos Culturais; História Política.

HISTORY OF THE PRESENT TIME: REPRESENTATIONS ABOUT MEDIA AND DEMOCRACY IN BRAZIL

ABSTRACT: Democracy in contemporary Brazil and its implications for cultural identity make up the theme of this article, which aims to analyze the production of meaning about the relationship between Brazil and the United States of America, present in three articles that make up the cover of issue 139, of February 2019, from the journal *Le Monde Diplomatique Brasil*. The analysis is part of a larger research scope, which historicizes the impeachment of Dilma Rousseff (2016), thus reflecting on aspects of the media, political history and the reflexes of the new international order. It is undertaken in this path to understand how a vehicle of the French media organizes social knowledge about Brazilian politics, with theoretical contributions from history, sociology and science of signs.

KEYWORDS: Democracy; Brazil; USA; *Le*

Monde Diplomatique; Cultural Studies; Political History.

A história pertence antes de tudo àqueles que a viveram, sendo um patrimônio comum a todos, nos ensina o historiador francês Henry Rousso (1997). Este artigo tem o desafio de colaborar para apontamentos de uma história do tempo presente por meio de uma investigação que foca a produção de sentido do periódico mensal *Le Monde Diplomatique Brasil*¹, especificamente em sua capa, editorial e em duas reportagens relacionadas, referentes à edição de fevereiro de 2019, versando sobre temas da história política e cultural do Brasil no cenário internacional. Para efetuar tal estudo, realizamos uma investigação bibliográfica acerca do método e do objeto de estudo, o que inclui uma discussão metodológica acerca da corrente histórica do tempo presente, uma reflexão sobre a identidade cultural e traços da democracia na conjuntura identificada no escopo da pesquisa, que apresentamos a seguir.



Imagem 01: Edição 139, de fevereiro de 2019.

Fonte: diplomatique.org.br

2019: um atordoamento. A “retardocracia” é abordada pelo periódico *Diplomatique Brasil* para ler a conjuntura brasileira, com dilemas de ordem ética sobre o presente.

1 Fundado em 1954, na França, *Le Monde Diplomatique* é publicado em 25 idiomas e tem uma tiragem de 2,4 milhões de exemplares. Suas páginas trazem à luz questões altamente relevantes, muitas vezes negligenciadas pela grande imprensa, contribuindo para a crítica ao pensamento único e para a construção de novos paradigmas. No Brasil, *Le Monde Diplomatique* surgiu em versão impressa em 2007. É importante ressaltar que não se trata de uma publicação noticiosa, voltada à cobertura dos fatos correntes, mas de uma publicação reflexiva, que busca identificar, para além dos fatos, os cenários maiores que lhes conferem sentido e inteligibilidade. Informações disponíveis em: <<https://diplomatique.org.br/le-diplomatique-brasil/>>.

Primeiramente, exibimos a capa da edição, corpus desta pesquisa, com ilustração - uma charge² - de Daniel Kondo, editor de arte do veículo de comunicação. Debruçamo-nos sobre o desafio de tornar inteligível e questionar o passado que referencia este presente: uma historiografia pulsante, com questões estruturadas e vinculadas à geopolítica do imperialismo estadunidense. Para efetuar uma leitura embasada sobre o objeto de pesquisa, revisamos uma pertinente fundamentação teórica a fim de colaborar com a elucidação dos temas investigados. Começamos com uma lição de Antoine Prost (2012), que, ao refletir sobre o ofício do historiador e as etapas do método histórico, reposiciona a História e o historiador na sociedade contemporânea, ressaltando os desafios que os historiadores devem enfrentar daqui em diante: o de transformar a demanda de memória de seus contemporâneos em história. O declínio das grandes ideologias deixa nossos contemporâneos sem referências, conforme o autor, uma preocupação externada também por Ciro Flamarion Cardoso (2012), quando problematiza as visões de tempo e espaço e a relação que estes estabelecem com a história na contemporaneidade, culminando no que chama de “desnorreamento”.

O jornalismo, dotado da tessitura de tramas cotidianas e da produção de significados, numa mediação entre passado e presente, reflete um traço do fazer histórico imediato. Distinguir passado e presente é fundamental para concepção do tempo. Para Jacques Le Goff (2003, p. 207), o presente é um problema primordial da operação histórica. O autor reflete que as práticas usuais de periodização acabam por privilegiar as revoluções, guerras, bem como as mudanças de regime político, ou seja, a história dos acontecimentos

Em *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*, Henry Rousso (2016) afirma que a singularidade da história do tempo presente reside em um contexto em que o passado não está concluído, ou seja, um passado próximo cujo sujeito da narração se faz expectador. Dessa forma, epistemologicamente, conforme o historiador francês, abordar os regimes de historicidade vai além de debruçar-se sobre a historiografia e o avanço da produção dos historiadores, mas também postular que a maneira de ver o tempo, aqui o tempo presente, constitui um elemento essencial para compreensão de uma sociedade, em momento específico.

O historiador do tempo presente faz “como se” ele pudesse agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana (ROUSSO, 2016, p. 17).

Atravessamos hoje um período da chamada “virada cultural” no estudo da humanidade e sociedade, conforme Peter Burke (2011). Ao refletir sobre os pontos de

2 Considerada um gênero jornalístico, a charge se utiliza da imagem para expressar o posicionamento editorial do veículo de comunicação. Com atributos da ironia e do humor, reflete situações do cotidiano e revelam sentidos (in) descritíveis. A palavra charge é oriunda do francês *charger*, que significa carga, exagero e, por vezes, ataque violento, como se pretende a capa de uma publicação relevante.

junção entre história e jornalismo e suas interpretações, intuindo realizar uma aproximação entre as duas áreas do conhecimento, Maximiliano Vicente (2009, p. 8) aponta os riscos de tal tarefa ao mesmo tempo em que ressalta a importância de lidar com a comunicação social, especialmente o jornalismo, como instrumento de influência social, ainda mais em tempos midiáticos, notadamente repletos de representações, como a contemporaneidade, o que corrobora a ideia norteadora deste texto. Compartilhamos também da visão epistemológica de Burke (2011), quando cita “o modelo de encontro” enquanto alternativa metodológica, cujo interesse por choques e conflitos é questão essencial. Assim, a história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo.

As veiculações das representações pelos meios de comunicação têm um inegável impacto na construção dos significados partilhados, em especial naqueles referentes à construção da democracia. Assim, ao buscar uma análise midiática via representações, intenta-se, afinal, encontrar suas expressões nos processos políticos da vida democrática (SOARES, 2009). Por meio da análise das representações, dedicamo-nos sobre a interpretação do papel do jornalismo na sociedade contemporânea e suas relações com a esfera pública democrática. Dessa forma, neste artigo, examinamos pressupostos que se estabelecem entre si na dinâmica social da comunicação e da história. Ou seja, ao investigarmos as representações identitárias e políticas no periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, torna-se oportuna uma análise dos fatores que contribuem para uma contextualização do cenário socioeconômico e cultural, entre outros aspectos que, de certa forma, adquirem ligação significativa ou pertinência mútua, especialmente para elucidar fragmentos da história do presente em contraponto aos desdobramentos da história da política brasileira.

A década de 1970 marcou novos caminhos para a pesquisa da história política, ampliando seus contatos com outras ciências sociais. Conforme Luca (2005), a terceira geração dos *Annales* permitiu esta renovação, promovendo o diálogo entre história e jornalismo. Por exemplo, “a mídia é responsável pela veiculação de um tipo de conhecimento distinto do difundido pela História, porém, atua na construção do acontecimento histórico. Toda pesquisa que tome a imprensa e seus produtos como fonte e/ou objeto demanda também de uma análise política” (CORREA, 2017).

Schurster (2015), ao tratar da história do tempo presente, diz que a reflexão deve vir acompanhada de um constante estranhamento. Assim, interpretar o tempo presente é, em larga medida, construir uma visão com relação a certa ideia de passado – espaço de experiências – ou em relação ao futuro – horizonte de expectativas, explica o autor. “Portanto, nossa intenção não se debruça sobre a realidade propriamente dita, mas sobre aquilo que a torna possível, e como torná-la legível” (SCHURSTER, 2015, p. 424). Conforme François Dosse, a noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do

passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas.

Definidos os lugares de memória como um meio-termo entre memória coletiva e História, o tempo presente corresponde a esse meio-termo também entre passado e presente ou o trabalho do passado no presente. O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica (DOSSE, 2012, p. 07).

Dos estudos da década de 1970 para 2020, os problemas para uma apreensão dos sentidos da história política se deslocam para um novo cenário, pois passamos da influência dos efeitos da mídia para o imperativo da “pós-verdade”, eleita a palavra do ano pela Universidade de Oxford em 2016, cujo sentido remete a circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais, e foi exatamente esta “cartilha” que regeu as estratégias de tomada de poder nas últimas eleições de grandes nações como EUA e Brasil.

Talvez haja um meio termo, uma abordagem do passado que faça perguntas movidas pelo presente, mas que se recuse a dar respostas motivadas pelo presente; que se relacione ao presente mas permita sua contínua reinterpretção; e que observe a importância das consequências involuntárias tanto na história da literatura histórica como na história dos acontecimentos políticos (BURKE, 2011, p. 13-14).

Pesquisar essas novas lógicas nos leva a um caminho repleto de ramificações signícas, o que intensifica o desafio de compreender as implicações de um novo tempo em que a tecnologia perpassa as relações sociais e, especialmente, a “construção social da realidade”³. As novas formas de poder da mídia sobre a política resultam das estratégias que tomam forma através de operações enunciativas pelas quais a política - e suas representações -, não apenas é reorganizada segundo os processos “macroinstitucionais”, mas tem seu engendramento relacionado com os processos discursivos manejados, de certa forma, unilateralmente, segundo as operações de mídia, explica Fausto Neto (2003). Assim, ao tratarmos do jornalismo e da história contemporânea, é necessário entendê-los exatamente através de seus vínculos com os processos atuais de produção e com as dinâmicas da linguagem, polifônica.

Charge: a imagem como discurso e documento histórico

Visando expandir as pesquisas histórico-culturais que utilizem como metodologia a produção de sentido por meio das imagens, Peter Burke (2004), em seu livro *Testemunha ocular*, discorre sobre as problemáticas referentes à análise de imagens na produção científica. Para tanto, o autor considera que as imagens podem ser uma evidência da história ou a própria história, visto que a produção das mesmas envolve muitas vezes um

³ Cf. BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

comportamento próprio dentro de uma ampla escala social. Refletindo sobre o método, a “leitura de imagens” associa-se também a autores mais recentes como Roland Barthes, cuja semiologia remete ao enfoque estruturalista e destaca os significados inconscientes. Para o historiador, a perspectiva estruturalista se preocupa em evidenciar fórmulas na leitura de códigos tidos como universais, padronizando dessa forma a leitura de imagens diversas, o que nos permite inferir um déficit na análise contextual, isto é, histórica, da imagem. Assim, o sentido da imagem depende do seu contexto social, em enfoque amplo, que considere os aspectos culturais e políticos, bem como seu modo de concepção, produção e divulgação.

Segundo o autor, duas das teses dos estruturalistas são especialmente importantes. A primeira concebe que texto e imagem podem ser encarados como um “sistema de signos”. A segunda pressupõe que este sistema de signos é tido como um subsistema de um todo maior. Este todo, descrito pelos linguistas como *langue* - a linguagem - é o repertório a partir do qual os falantes individuais fazem suas escolhas - a *parole* (BURKE, 2004). Deprendemos da reflexão de Burke que, ao problematizar o uso de imagens em pesquisas históricas, devemos nos atentar para algumas premissas, entre elas, a de que imagens dão acesso a visões contemporâneas de um mundo, mas não ao mundo social diretamente. Já o testemunho da imagem carece de um olhar que considere os contextos plurais, culturais e políticos, além da necessidade de se ler as entrelinhas, em busca de elementos significativos, mas implícitos, como ocorre nas análises textuais. Burke contribui para uma reflexão sobre a importância da análise da imagem, sem para isso apontar um manual metodológico. Portanto, para o escopo desta pesquisa, seguiremos com o instrumental teórico da ciência dos signos, prezando pelo contexto cultural e político relacionado a imagens e textos apresentados, conforme preconiza o autor.

Prosseguimos com os referenciais que norteiam a visão sobre o objeto e a cultura do consumo e seu corolário, o espetáculo, que é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem, escreveu Guy Debord em sua tese 34, com seu celebrado estilo aforístico, em 1967, cem anos depois de *O Capital*, de Karl Marx. Para Debord (1997), o espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação. A expansão econômica é, sobretudo, a expansão de uma produção industrial específica. Com isso, a tirania das imagens e a submissão alienante ao império da mídia consolidam-se em tempos atuais. Encontramos no pensamento deste filósofo francês o retrato de uma sociedade do espetáculo, resultante do modo de produção existente sob todas as suas formas particulares, seja ela informação ou propaganda, publicidade ou consumo massivo de divertimentos, cujo espetáculo constitui um modelo atual da vida dominante na sociedade.

A partir de tais pressupostos faremos a avaliação de uma ilustração – uma charge – que compõe a capa do *Diplô Brasil* e denuncia um paradoxo político. Para a legibilidade do visível, Martine Joly (2007, p. 10) argumenta que são necessários limites e pontos de referência em uma investigação, destacando pontos primordiais para análise de imagens:

Uma iniciação básica à análise das imagens deveria precisamente ajudar-nos a escapar desta impressão de passividade (e mesmo de ser bombardeado) e, em contrapartida, permitir-nos perceber tudo o que esta leitura natural da imagem ativa em nós de convenções, de história e de cultura mais ou menos interiorizadas.

Para a pesquisadora, um estudo contundente define-se pelos seus objetivos. “De fato, a análise por si própria não só não se justifica como não tem interesse; ela deve servir um projeto e é este que lhe fornecerá a sua orientação, assim como lhe permitirá elaborar a sua metodologia” (JOLY, 2007, p. 54). No engendramento da significação, conforme preconiza a semiótica americana de Charles S. Peirce, a terceiridade é classificada como a última categoria de pensamento, em que são atribuídos e descobertos os conceitos fora do signo, ou seja, a leitura pela significação se encontra externamente ao signo e oferece força e condição para a representação simbólica e conceitual dele, que origina o interpretante desse signo, desse pensamento, conforme Amaral (2014). Assim, com o deslocamento, forma-se um novo signo que oferece fundamento para a significação do signo analisado, conforme Santaella.

Finalmente, terceiridade, que aproxima um primeiro e um segundo numa síntese intelectual, corresponde à camada de inteligibilidade, ou pensamento em signos, através da qual representamos e interpretamos o mundo. [...] Em síntese: compreender, interpretar é traduzir um pensamento em outro pensamento num movimento ininterrupto, pois só podemos pensar um pensamento em outro pensamento. É por que o signo está numa relação a três termos que sua ação pode ser bilateral: de um lado, representa o que está fora dele, seu objeto, e de outro, dirige-se para alguém em cuja mente se processará sua remessa para outro signo ou pensamento onde seu sentido se traduz. E esse sentido, para ser interpretado tem de ser traduzido em outro signo, e assim *ad infinitum* (SANTAELLA, 2007, p.52).

Carregando esse poder de representar uma outra coisa, os signos apreendidos na capa do *Le Monde* determinam ideias, em que nos debruçamos a seguir. A ilustração analisada, ao se comportar como linguagem para o entendimento da significação, estabelece sentidos para nossa interpretação. Relacionamos, portanto, nesta leitura, o apontamento para a personalidade autoritária encontrada no gestual da imagem, representada pela prestação de continência, uma saudação militar feita com a movimentação da mão direita até à cabeça, demonstrando uma hierarquia paradoxal entre Brasil e EUA. Essa interrelação é estabelecida de forma contundente nos dizeres do boné que tem gravado o nome de Trump, assunto que será explorado no próximo tópico.

Para tanto, esta pesquisa busca compreender de modo mais transparente as estratégias da mídia no que se refere à influência da utilização de imagens e cores em textos visuais jornalísticos, particularizando para a intencionalidade de seu emprego e a consequente formação de um repertório cultural e simbólico que serve de sustentação para o julgamento de valores.

Descasque lentamente e veja⁴

Segundo Roland Barthes (1984), um texto escrito não é somente o que se tem em mãos, algo físico, uma simples montagem de palavras, e sim uma construção que depende do autor, do leitor e do meio, formando uma espécie de tripé. Na capa analisada, o sujeito denota “uma banana” que bate continência diz: “Meu partido é o Brasil”, com um boné escrito Trump 2020. Elementos que apontam contradições, uma opinião ideológica que se mostra “a preço de banana”, e está para a lei de oferta e demanda, assim como o subordinado à subordinação.

Fina ironia, com crítica ácida ao cenário político atual, permeado pela submissão política do Brasil ao EUA, política e culturalmente. As cores utilizadas na capa remetem à bandeira do Brasil, em tons esmaecidos, em uma leitura primária. Já em uma leitura secundária, a imagem exhibe um céu e um campo de golfe, onde a bolinha é a banana, prestes a cair no buraco⁵ (visto primeiramente como a sombra da própria personagem). O que se lê nessa charge é um vestígio da opinião jornalística acerca da conjuntura política, envolvendo as relações internacionais entre *Brasil e EUA*. Com a comicidade garante o vexatório do ponto de vista da tradição⁶ patriota, com uma previsão do *Le Monde* sobre o apoio dos “robôs” ou “milícia digital” de Bolsonaro ao presidente dos EUA em sua campanha à reeleição em 2020: um prognóstico em construção, possivelmente abalado pela reviravolta política ocasionada pela Covid-19. Porém, escancara o paradoxo do entreguismo e subserviência⁷, da república de bananas⁸ e dos traços do autoritarismo em níveis patológicos, uma vez que as “viúvas da ditadura” brasileira de 1964-1985 se veem de volta ao poder, visto que em 2019 Bolsonaro lotou mais militares em ministérios do que a Venezuela, em uma arriscada manobra no jogo de poder.⁹

A ilustração da capa estampa uma fisionomia de uma banana com o semblante de uma personalidade autoritária, questões que aprofundaremos nesse estudo. A composição do elemento e sua disposição remetem à famosa ilustração criada pelo ícone do movimento

4 “*Peel slowly and see*” acompanhava a ilustração de Andy Warhol na capa do álbum de *Velvet Underground*.

5 *Green*, no vocabulário do esporte golfe, é o buraco final que está em jogo. Uma metáfora derradeira, portanto.

6 “A propósito, deve-se destacar um interesse específico que as “tradições inventadas” podem ter, de um modo ou de outro, para os estudiosos da história moderna e contemporânea. Elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a “nação”, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante. Todos estes elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação” (HOBBSAWM, 1984, p. 22).

7 “Relatório do Congresso dos EUA expõe subserviência de Bolsonaro a Trump”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

8 À época, o uso dessa fruta em particular para rotular países inteiros tinha uma base real. “Até o fim do século 19 e começo do século 20, as empresas americanas, sendo que a mais simbólica era a United Foods (hoje Chiquita), começaram a fazer plantações de bananas em série e criariam enclaves modernos em repúblicas da América Central”, disse à BBC Mundo, serviço em espanhol da BBC, o historiador Luis Ortega, professor da Universidade de Santiago do Chile. A expressão passou a fazer referência a países marcados pela monocultura e dotados de instituições governamentais fracas e corruptas, nos quais uma ou várias empresas estrangeiras tem o poder de influir nas decisões nacionais. [...] Para Ortega, aplicar o termo “república de bananas” ao Brasil é incorreto e leviano.

9 Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) identificou 6.157 militares da ativa e da reserva em cargos civis no governo do presidente Jair Bolsonaro. O número é mais que o dobro do que havia em 2018, no governo Michel Temer (2.765) de acordo com Lis (2020) no portal G1, das organizações Globo.

artístico *pop art*, Andy Warhol (1928-1987), exclusivamente para ilustrar uma capa do álbum da banda *Velvet Underground & Nico*, de 1967.

O sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas (PECHÊUX, 2009). Nesta acepção, o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam (ORLANDI, 2009). Dessa forma, a análise do discurso não se restringe ao que o texto diz ou apresenta, uma vez que não se resume a uma interpretação semântica de conteúdo, mas sim em como e por que o diz e o apresenta. Na prática social de produção da mídia, o momento discursivo é fundamental, uma vez que constitui versões da realidade que dependem de posições sociais, interesses e objetivos daqueles que os produzem. Nessas escolhas, é importante que se leve em consideração as motivações sociais e aspectos ideológicos. Por sua vez, a ideologia pode ser vista como um sistema de representações que, na maioria dos casos, são imagens, e, às vezes, conceitos, mas é sobretudo como estruturas que se impõem a imensa maioria dos homens sem passar por sua consciência (VERÓN, 1977, p. 181-185).



Imagem 02: ilustração da chamada - edição 139

Fonte: <https://www.facebook.com/diplobrasil/>

Afinal, a quem remete a banana da capa do *Diplomatique*? Frente às diversas contraposições de identidades culturais que vivemos na contemporaneidade, Stuart Hall (2006), traz algumas indagações e concepções sobre o tema. Considerado um dos precursores mais expoentes do campo dos Estudos Culturais, reflete sobre a mudança do conceito de sujeito e identidade e pontua que há uma transformação distinta nas sociedades modernas no final do século XX. Isso gera desdobramentos e subdivide os sentidos de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, termos que possuíam um status sólido no passado. Essas mudanças ocasionam a remodelagem de nossas identidades pessoais, colocando em xeque a representação que temos de nós próprios como sujeitos integrados. “Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas

vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito” (HALL, 2006, p. 9). Assim, o autor parte de “uma posição simpática” a declaração de que as identidades modernas estão se descentralizando, isto é, fragmentando-se.

A partir da noção de duplo deslocamento do indivíduo, tanto no mundo social quanto na identidade cultural, Hall identifica a constituição de uma “crise de identidade”. Nesses processos de mudanças, Hall indaga se não seria necessário refletir se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Com este parecer sociológico, apreende-se que a identidade permeia o “interior” e o “exterior”, o mundo pessoal e o público, vinculando o sujeito à estrutura. Contudo, argumenta-se que a identidade unificada e estável é que está “mudando”, tornando este sujeito fragmentado, ou seja, composto de várias identidades, por vezes contraditórias. “O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno”, analisa Hall (2006, p. 12). Assim, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade fixa ou essencial, sendo aquele que efetiva a “celebração móvel”. Ou seja, uma mutação constante em relação aos sistemas culturais em que nos situamos, assumindo identidades diferentes em diferentes momentos.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

O fenômeno da globalização, por exemplo, interfere diretamente nesta conceituação de identidade cultural e nos coloca diante do jogo de identidades. Assim, ao analisarmos o escopo desta pesquisa, com os textos e imagens relacionados, é possível compreender aspectos que constituem a ideia de nação, como uma representação moderna de pertencimento. O sociólogo britânico-jamaicano explica que é por meio de referenciamentos, histórias, memórias e representações é que são demarcadas identificações e identidades, produzindo-se uma cultura nacional em torno de uma identidade cultural única, dando origem assim a uma “comunidade imaginada”. Esses elementos é que unificam todos os indivíduos numa identidade nacional. Tratando das culturas nacionais como comunidades imaginadas, o autor menciona que essa “fragmentação” do sujeito e de sua identidade cultural afetou diretamente a identidade nacional construída na modernidade. O autor destaca três impactos importantes do processo de globalização sobre as identidades culturais, são eles: a desintegração; o reforço pela resistência; a mutação. Nesse sentido, para Hall, uma das possíveis consequências desses aspectos é que as identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades – híbridas – estão tomando seu lugar. Dessa forma, o autor defende que a globalização tem um efeito contestador e deslocador das identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional.

Esse efeito pluralizador altera as identidades fixas, tornando-as menos fixas, mais políticas e diversas. Ao ampliar nossa noção sobre a identidade cultural na pós-modernidade, avaliamos que o sociólogo prima pela honestidade intelectual ao ponderar sobre a pluralidade de significações para ler o mundo e os efeitos da globalização nas culturas identitárias. Constatamos que o autor não vaticina a pós-modernidade nem sentencia o sujeito desta era, mas preza por uma desconstrução de crenças, o que pode ser encarado como uma condição inerente à condição pós-moderna, uma noção exposta no título de seu livro, que, por ora, faz jus à temática.

Em sua semiótica da cultura, Bystrina (1995) identifica nas sequências de traumas a que o homem é submetido a origem de uma segunda realidade, imaginativa e criativa, que garante sua sobrevivência diante dos obstáculos intrínsecos à realidade, classificada de biofísica, isto é, a primeira realidade. Assim, para o autor, os sonhos, a arte, a religião e todas as manifestações da cultura que criam uma narrativa paralela são formas de superação e sobrevivência psíquica do homem perante a realidade. A criatividade presente na ilustração de capa do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 139, indicia a denúncia de uma realidade complexa, repleta de conflitos a serem resolvidos, remetendo ao autoritarismo, ao imperialismo, ao mandonismo e patriarcalismo, mas com elementos de ironia que aliviam tal constatação, mas não minimizam uma séria crítica ao nacionalismo patológico envolvido nesta composição.

Passamos a entender melhor a personagem da capa por meio das teorizações de Hall e da filósofa Virginia Costa, que, examinando as contradições da personalidade autoritária, em dossiê sobre este tema na perspectiva de Theodor W. Adorno, aponta que um aspecto que sobressai nas descrições dos sujeitos classificados como mais autoritários é a postura anticientificista¹⁰.

Tal característica decorre de sua anti-intracepção, que corresponde a uma oposição a tudo o que seja subjetivo, introspectivo, intelectual demais. Os conhecimentos produzidos por pesquisas científicas seriam substituídos por opiniões baseadas em superstições, estereótipos, cinismos, projeções de medos, desejos e fantasias - todos os ingredientes que compõem as racionalizações e *fake news* tão atuais (COSTA, 2020, p. 18).

Dicotomicamente, além da disputa pela opinião pública (eleitoral) e memória (histórica), entram em jogo retóricas de divisão, que conforme Dunker (2019) geram sentimentos que transformam adversários em agentes que devem ser neutralizados e constituem um novo campo de batalha, especialmente nas redes sociais da internet. Atualmente testemunhamos o crescimento da intolerância social, tanto no mundo como no Brasil. Seja religiosa, racial, social e gênero, e há ainda uma forte corrente de denegação do conflito. Mais que isso, ganha relevo a aversão a tudo “que não nos representa”, isto é, a crise de representatividade exposta em atos contra corrupção, à imprensa, aos intelectuais

10 Cult #259 – A personalidade autoritária hoje (p. 18). 2020. Edição do Kindle.

e aos políticos fisiológicos, um fenômeno que, ao mesmo tempo que se mostra positivo por demonstrar o poder do povo nas ruas, perde seu espaço no momento em que se fragmenta.

Democracia, desde os gregos, é definida como um processo inconcluso, e que precisa ser sempre refeito e ampliado. No nosso caso, a vigência salutar de uma democracia representativa no Brasil, durante trinta anos ininterruptos, não nos vacinou para lidar com uma sociedade dividida. Não só aquela mais progressista e atenta aos direitos humanos, como outra, que se cansou de viver em recessão e de assistir na televisão a tantos casos de corrupção no coração do Estado. Cansou-se do crescimento em escala e patamar da criminalidade nas periferias e da deterioração da segurança pública. O cansaço, por sua vez, deu vazão ao ressentimento e à manifestação direta de valores conservadores, no sentido de quem quer “conversar” mesmo, e que mudaram o que parecia ser uma utopia partilhada na forma de entender, preservar e ampliar direitos. Também atacou o mundo da política e a homogeneidade de nossos políticos, em geral homens, de classe média, heteronormativos e mais velhos (SCHWARCZ, 2019, p. 216-217)

Em sua tese, Costa (2019), orientada pelo filósofo Vladimir Safatle, a pesquisadora defende que Adorno baseia-se em noções metapsicológicas freudianas para compor uma antropologia do tipo autoritário, algo que o autor constrói a partir de conceitos próprios da primeira geração da Teoria Crítica. Para tanto, a autora empreende, dialeticamente, as concepções e exposições do clima cultural autoritário, tanto em Adorno como em Freud, relacionando alguns conceitos relacionados ao tipo autoritário como representação substitutiva, objeto pulsional, narcisismo, racionalidade, sadomasoquismo, paranoia, fetichismo, entre outros.¹¹

Essas contradições psíquicas seriam um reflexo das próprias situações contraditórias da realidade social capitalista. É evidente que o ambiente social onde o autoritário atual vive sofreu profundas alterações. Assim, o indivíduo preconceituoso tem que lidar, atualmente, com uma maior liberdade e representatividade de feministas e minorias LGBTQI, bem como o reconhecimento social pelo fim da segregação racial. Nesse cenário, este indivíduo se depara com incentivos de ações histórico-afirmativas. Entretanto, retrocessos como a marginalização da comunidade negra, alvo de verdadeiros genocídios, que geram ondas de protestos como visto no fenômeno *Black Lives Matters* (Vidas Negras Importam), após o assassinato de George Floyd por policiais nos EUA, em 25 de maio de 2020, em um contexto de pandemia global de Covid-19. Protestos por igualdade, justiça, para estancar uma dor secular criaram um fato. Ato estes que engrossaram o coro antirracista, que compõe o cerne das ações necessárias ao avanço social nas democracias contemporâneas. O racismo estrutural nas esferas políticas, conforme aponta Silvio Almeida (2018), se mostra por meio de mecanismos capazes de excluir e discriminar pessoas e grupos de forma

¹¹ Dado que a antropologia do tipo autoritário se modifica com as transformações do curso histórico, questionamos se é válido tomarmos os desenvolvimentos aqui feitos, referentes aos anos de 1940 nos Estados Unidos, como descrições adequadas à situação atual, inclusive do Brasil. A nosso ver, por mais que o capitalismo tenha se modificado, tornando-se neoliberal, haveria aspectos de continuidade de características da personalidade autoritária hoje em dia, ou ainda, em aprofundamento de traços encontrados há mais de setenta anos (COSTA, 2019, p. 297).

sistemática, fato que deve ser combatido com a criação de políticas internas de diversas instituições, uma tarefa em que o Brasil caminha lentamente.

É muito pertinente, ao escopo desta pesquisa, relacionar as produções textuais e também imagéticas, constituídas por dois artigos/reportagens diretamente relacionados à ilustração da capa do objeto analisado. Dessa forma, apresenta-se neste momento títulos, subtítulos e breves conceitos extraídos das páginas desta edição do *Diplomatique Brasil*. No editorial “Roteiro de resistência”, Silvio Caccia Bava (2019, p. 02) atenta para um momento de ruptura, uma vez que não viveríamos uma mudança de governo, mas a mudança de um regime político e talvez a abertura de um novo ciclo histórico. Neste roteiro, o autor denuncia a criminalização dos protestos sociais e a restrição do espaço político, o que gera confronto, polarização política, ataque aos valores democráticos e aos direitos humanos, assim como a falta de justiça às tragédias ambientais de Mariana e Brumadinho (MG), apontando, assim, que nesta nova conjuntura, deve-se priorizar a resistência à opressão e espoliação, combatendo a disputa de narrativas, articulando o fortalecimento da defesa dos direitos humanos por meio das redes internacionais de solidariedade.

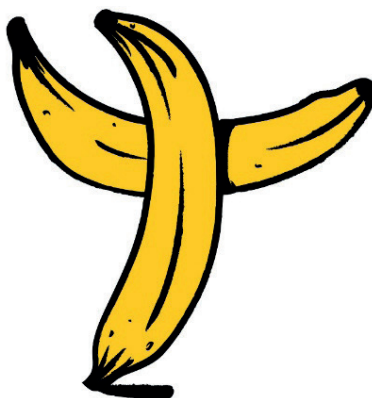


Imagem 03: Ilustração de matéria

Fonte: diplomatique.org.br

Em uma conjuntura de adversidades e mudanças institucionais, o campo da história se torna um campo de batalha, entre permanências e rupturas: o porvir. Na contemporaneidade, a disputa pela verdade em tempos de manipulação ideológica, com *fake news*, a serviço da pós-verdade, produz uma versão da verdade acerca do presente e do passado, a fim de justificar um projeto de poder. Lilia Schwarcz (2019) examina aspectos das origens do totalitarismo brasileiro, mascaradas pela mitologia nacional. Para autora, ainda são latentes a desigualdade social, o preconceito racial – bem como sua negação -, o patriarcalismo, a intolerância social, a violência, entre outras questões renitentes que ressurgem de maneira mais incisiva em nosso tempo presente.

No primeiro artigo ligado à capa analisada do *Diplomatique*, “A Santíssima trindade: nação, Deus e os inimigos disso daí”, Gilberto Maringoni (2019, p. 12-13) afirma que Bolsonaro não inova ao invocar nação e Deus¹², pois sabe que com isso os conceitos totalizantes tornam-se ao mesmo tempo excludentes. Diante das bandeiras vermelhas da esquerda, tivemos a ressurreição do slogan pré-1964: “Verde e amarelo sem foice nem martelo”, analisa o professor de Relações Internacionais, que salienta a disputa ideológica, a crise de representação e o cenário político e econômico que abriu espaço para o golpe de 2016 e a chegada do “aventureiro providencial”. Em seu texto, a ilustração retrata uma cruz, formada por duas bananas, que interpretamos como uma provocação à laicidade do Estado e o avanço da agenda conservadora neoliberal. O segundo texto diretamente ligado à capa é de autoria de Valerio Arcary, doutor em História pela USP e autor do livro *O martelo da história* (2016). Com o título “Não é possível ser internacionalista sem ser anti-imperialista”, a matéria traz uma ilustração com uma penca de quatro bananas caídas, uma delas descascada, exibindo as cores da bandeira dos EUA no interior da casca (imagem 02). “Brasil acima de tudo”, slogan que levou Bolsonaro à vitória tem uma história, pois o nacionalismo é a ideologia do Estado-nação, uma tradição que surgiu com a Revolução Francesa. Para o autor, o nacionalismo é hoje o vocabulário de uma extrema direita neofacista. Entre suas afirmações, destacamos que “a ordem imperialista mundial não pode ser mantida indefinidamente sem guerra”, um prognóstico de mais violência.

Schwarcz refletindo sobre o autoritarismo diz o seguinte: “Mostra a história que, quanto mais autoritários são os regimes políticos, maiores são as tendências para que se intensifiquem as tentativas de controle das sexualidades, dos corpos e da própria diversidade” (SCHWARCZ, 2019, p. 206). A historiadora destaca que no cenário político das eleições de 2018 no Brasil, os discursos sobre violência e o clamor por segurança foram destacados. E a criação de um SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), sancionado em 2018¹³, via Medida Provisória, consiste em fato que ilustra o argumento de Schwarcz quando afirma que, a despeito da seletividade da justiça, no Brasil a violência e seu combate não têm só cor e classe social, mas também gênero e sexo, questões vinculadas estreitamente ao estado democrático e aos valores republicanos, incluindo aí os direitos humanos.

Em um país como o Brasil, que convive com profunda raízes escravagistas e oligárquicas, preserva-se, ainda na contemporaneidade, uma miopia que se opõe à realidade social. No lugar da tolerância, enxerga-se o oposto: a naturalização da polarização, do confronto, questões que sempre existiram em nossa história, mas mascaradas. Nesse desfilar de intolerância de matriz binária, as bandeiras nas costas constituem o manto no enfrentando ao fantasma do comunismo, que nos assola desde o outro golpe, de 1964. “O

12 Cf. ALENCAR (2018). “Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os Discursos Conservadores do “Neocalvinismo” e as Interloquções com a Política”. In: Teoria e Cultura, v.13, n.2, dezembro de 2018, p. 101-117.

13 Governo sanciona lei que cria o Sistema Único de Segurança. *Jornal Nacional*. Disponível em: <<http://abre.ai/bqoi>>.

funcionamento dessas polaridades produz, por seu turno, uma lógica de ódios e afetos que contamina não só a compreensão e a avaliação das instituições públicas mas também o dia a dia das relações sociais”, analisa Schwarcz (2019, p. 212).

Com o golpe de 2016 e a destituição da presidente Dilma Rousseff, ganhou mais sentido o aforismo do artista Millôr Fernandes (1923-2012), de que “o Brasil tem um enorme passado pela frente”. As práticas políticas no Brasil dos últimos anos engendram a construção de um perfil conservador, alicerçado em uma mitificação de falácias e falsas bandeiras.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste artigo esperamos cumprir com parte da resistência pertencente a cada um de nós frente ao retrocesso político estampado periodicamente em nosso cotidiano, a fim de avançar e manter os direitos adquiridos, uma vez que a história, enquanto ciência da mudança no tempo, nos ensina que é ambivalente na capacidade de fazer lembrar e esquecer. Com esta pesquisa, esperamos contribuir para delinear de que forma se dá tal produção de sentido, especialmente em um momento político tão singular quanto o atual. Dilemas da contemporaneidade que se mostram grandes desafios históricos.

Reler o passado e observar o presente para traduzir a realidade atual por meio de uma análise é um desafio do qual não pretendemos esgotar, muito menos totalizar, nessa análise, mas ponderar sobre seus apontamentos para algumas considerações mais profundas sobre as práticas sociais no Brasil contemporâneo, que, em sua conjuntura e desdobramentos, permite traçar algumas hipóteses, necessárias de confrontação para se chegar a alguns fatos históricos. Hoje a sociedade brasileira é caracterizada pelo avanço de uma dinâmica fascista, conforme Safatle (2020), fato que se organiza pelo ordenamento de uma dualidade, em que o Estado convive com um outro estado, este à sombra, paralelo, sob a forma de outras dinâmicas que transformam a relação entre os sujeitos e Estado. A redução da noção de nacionalismo a uma dinâmica paranoica impossibilita a unidade e cessão dos eixos de violência que se repetem de forma estrutural, não respeitando os aparatos constituintes dos horizontes políticos, na perspectiva da democracia.

Sobre a crise das democracias liberais, o sociólogo Castells (2018, p. 144), nos lembra que em tempos de incertezas costuma-se citar Gramsci, quando não se sabe o que dizer. “Em particular, sua célebre assertiva de que a velha ordem já não existe e a nova ainda está para nascer”. Contudo, nessa conjuntura, o autor aponta que a urgência de uma nova ordem após a crise não costuma contemplar a hipótese do caos e formula a hipótese de que a crise da velha ordem política aparece em múltiplas formas, entre elas, a subversão das instituições democráticas por comandantes narcisistas, que tomam o poder a partir da aversão das pessoas com a podridão política e a injustiça social, assim como a manipulação midiática das esperanças frustradas, entre outras facetas mafiosas e

representações partidárias ressignificadas.

Ao focarmos a democracia, o papel do Estado e a realidade socioeconômica brasileira, enfrentamos sim uma ruptura. Por um fio, a democracia ainda goza de instituições sólidas, mas é tutelada por poderes, autoritários, que não resolvem a redução da pobreza, a opressão daquilo que é violento, como a miséria, o racismo e tantas mortes de inocentes. Calar o dissenso e a espoliação é o grande feito desse movimento atrelado ao capitalismo. Ainda em consolidação democrática, o Brasil padece pelas pesadas heranças do período autoritário, e, novamente, apresenta-se esse regime político simulado¹⁴, que se desenha nas páginas do *Le Monde Diplomatique Brasil*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARAL, M. Entendendo a Semiótica – signos e linguagem. In: SOUZA, Rose M. V. de; MELO, José M. de; MORAIS, Osvando J. de. **Teorias da Comunicação: Correntes de Pensamento e Metodologia de Ensino**. São Paulo: INTERCOM, 2014.

ARCARY, Valerio. Não é possível ser internacionalista sem ser anti-imperialista. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 12, n. 139, p. 14-15, fev. 2019.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: nota sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. 1. ed. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

BAVA, Silvio Caccia. Roteiro da resistência. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 12, n. 139, p. 2, fev. 2019. Disponível em: <www.diplomatique.org.br>.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Testemunha ocular**. História e imagem. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru/SP: EDUSC, 2004.

BYSTRINA, Ivan. **Tópicos da Semiótica da Cultura**. São Paulo: CISC – PUC-SP, 1995.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Zahar: Rio de Janeiro, 2018,

14 “Enquanto a ameaça histórica lhe vinha do real, o poder jogou com a dissuasão e a simulação, desintegrando todas as contradições à força de produção de signos equivalentes. Hoje, quando a ameaça lhe vem da simulação (a de se volatilizar no jogo dos signos) o poder joga com o real. Joga com a crise; joga ao refabricar questões artificiais, sociais, econômicas, políticas [...] (Baudrillard. 1991, p. 3).

CORREA, Línive de Albuquerque. A Nova História Política e as fontes midiáticas: histórico, metodologias e fontes – breve comentário. **Albuquerque**: revista de história. vol. 9, n.º 18. jul.-dez. 2017, p. 193-206.

COSTA, Virginia Helena Ferreira da. “**A Personalidade Autoritária**”: **Antropologia, Crítica e Psicanálise**. 2019. 329f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, 2019.

DOSSE, François, História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. 2012; 4 (1): p. 5-23. Disponível em: <<https://bit.ly/38qKsxe>>.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. “Psicologia para as massas digitais e análise do sujeito democrático”. In: **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 116-35.

FAUSTO NETO, Antônio. Fragmentos de uma enunciação desmesurada. In: FAUSTO NETO, A.; VÉRON, E. (orgs.). **Lula presidente**: televisão e política na campanha eleitoral. São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Unisinos, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSAWM, Eric. & RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIS, LAÍS. Governo Bolsonaro mais que dobra número de militares em cargos civis, aponta TCU. **G1**, 17 jul. 2020. Disponível em: <[encurtador.com.br/EJNOS](https://www.g1.com.br/curtidas.com.br/EJNOS)>. Acesso em: 02 ago. 2020.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. PINSKY, Carla Bassanegi (org.). São Paulo: Contexto. 2005.

MARINGONI, Gilberto. A santíssima trindade: nação, Deus e os inimigos disso daí. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 12, n. 139, p. 12-13, fev. 2019.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. São Paulo: Unicamp, 2009.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. **A última catástrofe**: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **Uma análise filosófica da conjuntura política brasileira**. Curso de Introdução à Política. IREE - Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa: 2020. Disponível em: <<https://www.iree.org.br/cipol/>>

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SCHURSTER, Karl. A história do tempo presente, o método comparativo e o debate sobre os fascismos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 423-440, jul. 2015.

*SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.*

SOARES, Murilo C. **Representações, jornalismo e esfera democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VÉRON, Eliseo. **Ideologia, Estrutura e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1977.

VICENTE, M. M. **História e comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.